

## PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO NA PRÁTICA: AS FACETAS QUE A EXPERIÊNCIA PODE REVELAR

### MORE EDUCATION PROGRAM IN PRACTICE: THE FACETS THAT EXPERIENCE CAN REVEAL

Benzanila Rodrigues Cavalcante

UFT

Januário Neto Pereira Sarmiento

UFT

Yara Gomes Corrêa

IFTO

**Resumo:** A realização deste trabalho se deu com o objetivo de compreender melhor a aceitação e a eficácia do Programa Mais Educação segundo a perspectiva dos discentes, docentes e da coordenação do programa na unidade escolar. O levantamento de dados aconteceu através de uma pesquisa campo, tendo como instrumentos a observação não participante e a aplicação de questionários, no período compreendido entre 16 de fevereiro e 02 de março de 2016, na Escola WS1, no município de Nova Rosalândia-TO. A principal justificativa para a realização da pesquisa baseia-se na importância da reflexão sobre a ação, neste caso, o Programa Mais Educação. A depender da visão institucional sobre o Programa, as chances de seu sucesso aumentam ou diminuem. Foi possível concluir que a aceitação do Programa na escola é razoável, e mais, alguns entraves impedem sua eficácia: planejamento em nível nacional desconsiderando a realidade local, necessidade de mais rigidez quanto ao fator frequência e assiduidade dos participantes; baixo nível de interação entre a oferta das oficinas do programa e a grade curricular normal da escola.

**Palavras-chave:** Programa Mais Educação. Aceitação. Eficácia.

**Abstract:** This paper work was given in order aim to better understand the acceptance and effectiveness of the More Education Program from the perspective of students, teachers and program coordination at schools. The data entry took place through field research, with the instruments to non-participant observation and application of questionnaires in the period between February 16th and March 2nd 2016, at the School WS, in the municipality of Nova Rosalândia-TO. The main justification for the research is based on the importance of reflecting on the action, in this case, the More Education Program. Depending on the institutional vision of the program, the chances of it success increase or decrease. It was possible to conclude that the acceptance of the program in school is reasonable, and more, some obstacles impede their effectiveness: planning at the national level disregarding the local reality, the need for more rigidity as the frequency factor and attendance of the participants; low level of interaction between the supply program's workshops offered and the regular curriculum of the school.

**Keywords:** More Education Program. Acceptance. Efficiency.

## Introdução

A escola, assim como diversas outras instituições, em razão do acúmulo de atividades, por vezes, deixa de lado o processo de reflexão sobre a ação. Nem sempre as reuniões pedagógicas conseguem abranger a totalidade de temas que devem ser tratados. Assim como outras atividades escolares, o Programa Mais Educação também precisa ser melhor compreendido, a partir das visões dos atores que o concretizam.

O presente trabalho teve como finalidade buscar respostas para duas indagações: Como se deu o processo de implantação do Programa Mais Educação, segundo a visão dos alunos, dos professores e da coordenação do programa? Como esses sujeitos (alunos, professores e coordenação) enxergam o Programa, analisando o fator eficácia?

Não raramente decisões governamentais são tomadas sem consultas preliminares às comunidades locais e escolas. Consequentemente, decisões dessa natureza, combinadas com outros fatores, terminam por abocanhar grandes fatias de recursos públicos, todavia imprimindo uma quantia insignificante de resultados.

---

<sup>1</sup> Escola WS: Codinome escolhido com a finalidade de ocultar a identidade da escola.

Diante disso, torna-se importante compreender o processo de implantação do Programa Mais Educação na Escola WS, bem como os resultados percebidos com a execução desse Programa.

O entendimento das faces que o Programa Mais Educação cria dentro do ambiente escolar é necessário sempre que se queira torná-lo mais eficaz, identificar as barreiras para o bom desempenho das ações, enfim, fazer com que o mesmo cumpra com todos os seus objetivos.

A estrutura desse trabalho é composta de: Introdução, Desenvolvimento (descrição metodológica, revisão de literatura, resultados e discussão) e Conclusão.

### Descrição Metodológica

A realização da pesquisa, deu-se na Escola WS, situada no Município de Nova Rosalândia-TO, localizado numa distância de 108 Km da capital, Palmas.

Foi realizada uma pesquisa de campo com aplicação de questionários semiestruturados e não estruturados, além da observação não participante, *in loco*.

Aplicaram-se três questionários, tendo cada um as seguintes especificações: o primeiro (Apêndice A), aplicado à coordenadora do Programa Mais Educação, foi composto de 08 perguntas (questionário não estruturado); o segundo (Apêndice B), aplicado junto aos alunos do Programa Mais Educação, foi composto de 10 perguntas, tendo sido aplicado a um número de 45 estudantes, de um total de 134 participantes no ano de 2015 (questionário semiestruturado); o terceiro (Apêndice C), aplicado junto aos professores da Escola WS, possuiu 10 perguntas e alcançou um número de 5 professores, de um total de 12 (questionário semiestruturado), aplicado junto aos alunos do Programa Mais Educação, foi composto de 10 perguntas, tendo sido aplicado a um número de 45 estudantes, de um total de 134 participantes no ano de 2015 (questionário semiestruturado).

A decisão de não incluir os monitores das oficinas na pesquisa se deu em razão de que atualmente a escola conta com apenas uma oficina e apenas um monitor. Desse modo, a visão de apenas um monitor não poderia ser entendida como visão de grupo (conjunto dos monitores). Alguns outros monitores não foram encontrados e outros não quiseram fazer parte da pesquisa. A aplicação dos questionários, assim como a observação não participante aconteceu entre os dias 16 de fevereiro a 02 de março de 2016.

Quanto à abordagem, a pesquisa teve caráter qualitativo e quantitativo: a abordagem qualitativa foi empregada em relação aos fatos percebidos durante a observação não participante e em relação a algumas perguntas abertas, presentes nos questionários; já a abordagem quantitativa, por outro lado, foi empregada na análise e tabulação dos dados presentes nos questionários (questões fechadas).

### Políticas de Educação Integral

A qualidade no ensino público é tema de debate da sociedade civil organizada, de sindicatos de professores, das escolas em geral, organizações sociais, etc. Tedesco (2012, p. 68) afirma que:

Na Educação, todos assumem que a mudança é necessária, tanto em países desenvolvidos quanto em países em desenvolvimento e tanto em sistemas centralizados de administração escolar, quanto em modelos de gestão descentralizada.

Ora, o caso brasileiro não é exceção à regra e, desde a Constituição Federal de 1988, o debate em torno de mudanças no sistema educacional parece ter ganhado mais força nas agendas de políticas públicas dos diversos entes governamentais.

[...] a Constituição Federal de 1988 diversa da maioria das constituições e instrumentos internacionais, não apenas tratou da educação, mas fez menção expressa a necessidade de que se ofereça uma educação pública de qualidade e acessível a todos. Sob o manto protetor deste instrumento, tornou-se assim, a educação de qualidade, um direito social (FERREIRA, 2014, p. 157).

A implementação dessas agendas políticas vai sendo concretizada através de programas de governo (ou de Estado), cada qual se propondo a atacar um ou mais problemas identificados nas diversas áreas da educação. É também nesse contexto de políticas públicas voltadas para a qualidade da educação nacional que se insere o Programa Mais Educação.

O Programa Mais Educação, inserido na perspectiva da educação integral, foi instituído pela Portaria Interministerial número 17 do ano de 2007, pensado pelo governo federal como uma estratégia para ampliação da jornada escolar e organização curricular (BRASIL, 2013).

Ainda de acordo com o mesmo autor, o Programa Mais Educação foi estruturado com o agrupamento de diversas atividades englobadas nos seguintes macrocampos: Acompanhamento Pedagógico; Meio Ambiente; Esporte e Lazer; Direitos Humanos em Educação; Cultura e Artes; Cultura Digital; Promoção da Saúde; Educomunicação; Investigação no Campo das Ciências da Natureza; Educação Econômica.

Essas políticas de educação integral, segundo Soares *et al.* (2014), pautam-se em duas frentes: preocupação com o progresso dos resultados escolares e oferecimento, aos alunos, de diversas oportunidades de aprender o conteúdo escolar.

Em verdade, não se pode esquecer da forte ligação que há entre a implantação do Programa Mais Educação e o cumprimento da própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Segundo a LDB 9.394/96, em seu artigo 87, § 5º “serão conjugados todos os esforços objetivando a progressão das redes escolares públicas urbanas de ensino fundamental para o regime de escolas de tempo integral” (BRASIL, 1996).

Entende-se, assim, que a implantação da Educação Integral é (ao menos, em tese) uma política pública do Estado Brasileiro, não sendo apenas um programa de governo. Vale ressaltar que esse modelo de educação integral, mesmo tendo ganhado força recentemente, não é uma invenção apenas do Período Histórico da Redemocratização (pós Ditadura Militar). Pelo contrário, importa destacar o modelo implementado por Anísio Teixeira, na década de 1950, ou seja, o Centro Educacional Carneiro Ribeiro. Contudo, o Programa Mais Educação não foi inspirado apenas no ideal de ampliação do tempo escolar do aluno.

Para Arantes (2014) “O Programa Mais Educação é voltado para o atendimento dos alunos do Ensino Fundamental e conta com as seguintes finalidades, entre outras: A elevação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de algumas escolas; diminuição das desigualdades educacionais; valorização da diversidade da cultura brasileira”.

O início do Programa (anos 2008 e 2009) foi voltado apenas para um grupo de escolas com baixo IDEB, tendo alcançado no seu primeiro ano de funcionamento um número de 1.380 escolas, presentes em 55 cidades distribuídas em todos os estados da Federação, inclusive o Distrito Federal. A participação das escolas no Programa acontece através de um processo de adesão: Primeiramente acontece a adesão da Secretaria de Educação (estadual ou municipal) e depois acontece a adesão da escola. À escola é facultada a escolha das oficinas oferecidas em cada macrocampos. De acordo com a oficina escolhida é feita a destinação de recursos financeiros para capital, custeio e pagamento de monitores.

Com a intenção de auxiliar as escolas no processo de implementação da educação integral por meio do Programa Mais Educação, o Ministério da Educação elaborou o Manual Operacional de Educação Integral. O referido Manual, entre outras informações, traz o conceito do mesmo, seu objetivo, auxilia a escola na escolha das oficinas, orienta a implantação, orienta sobre o financiamento do programa e etc.

## **Análise do Programa Mais Educação**

A adesão ao Programa Mais Educação pela Escola WS ocorreu no ano de 2013, todavia, sendo implantado no início de 2014. Como a escola não fazia parte do grupo prioritário do Ministério da Educação (escolas com o IDEB muito baixo), não entrou no ano de 2008.

No ano de 2014 foram matriculados 116 alunos do Ensino Fundamental, considerando as seguintes prioridades (de acordo com o estabelecido pelo Ministério da Educação): estudantes em situação de risco ou vulnerabilidade social; alunos que apresentam defasagem escolar em relação a sua faixa etária; alunos repetentes; alunos com interesse em passar mais tempo no ambiente escolar e etc.

As oficinas ofertadas no ano de 2014 foram as seguintes: Língua Portuguesa, Matemática, Atletismo, Futsal, Canto/Coral, Rádio Escolar.

No ano de 2015 a escola alterou as oficinas e passou a ofertar as seguintes: Orientação, Estudo e Leitura; Futsal; Voleibol; Tecnologia Educacional. Para o ano de 2015 foram ofertadas 134 vagas. A alteração das oficinas do ano de 2014 para 2015 deu-se em razão de discussões feitas entre a comunidade escolar e a equipe diretiva da escola.

Numa avaliação feita sobre os resultados alcançados em 2014, percebeu-se a necessidade de mudança. Nesse ponto, Pura Lúcia Oliver Martins faz o seguinte destaque: “É através da avaliação que se poderá verificar até que ponto o ensino tem alcançado os resultados pretendidos. Ao mesmo tempo, ela oferece subsídios para a alteração do processo, quando os objetivos não são alcançados” (MARTINS, 2002 p. 55). O principal avaliador de seus objetivos e metodologias deve ser a própria escola. Assim sendo, além da avaliação contínua, era papel da escola avaliar no final do ano se as oficinas deveriam ou não serem alteradas.

Para o ano de 2016 não foi autorizado à escola a abertura de novas oficinas, apenas concluir a oficina de Orientação, Estudo e Leitura, já iniciada em 2015 (previsão para encerramento no final do mês de março).

## O Programa Mais Educação pela Ótica da Coordenação Escolar

A escola onde a pesquisa aconteceu conta com uma coordenação de Programas e Projetos que, além de responder pelas atividades do laboratório de informática e pela biblioteca escolar, também se ocupa da coordenação do Programa Mais Educação. Objetivando compreender a aceitação e a eficácia do Programa na escola, foi aplicado um questionário não estruturado.

As perguntas constantes do questionário focaram: o processo de implantação do programa na escola; os sujeitos participantes do programa; as oficinas ofertadas; as dificuldades enfrentadas; e os resultados obtidos a partir do programa.

Sobre a tomada de decisão, em relação ao Programa Mais Educação, a coordenadora frisou o seguinte: “A decisão já vem pronta do MEC e a escola obedece. A escola lê o manual e faz de acordo com o que manda o regulamento. Imposição e nada de coletividade e democracia”. A fala da coordenadora parece refletir uma reclamação que é constante entre professores da Educação Básica: falta de autonomia. Hora (1994) chama a atenção para o fato de que é através da administração participativa que os sujeitos se tornam responsáveis por suas ações. Não pode a escola vir a ser apenas mera executora de tarefas preestabelecidas por instâncias superiores.

Quando indagada a respeito da qualidade do Programa, a coordenação julga-o como “ruim” e apresenta os seguintes argumentos:

*“Uma das principais dificuldades é quanto ao espaço físico. É tudo junto e misturado. Não tem salas adequadas. Até os jogos ficam a desejar. A escola tem uma quadra de esporte, mas os alunos do Mais Educação só podem usar se os alunos do ensino regular não estiverem utilizando. É um caos”.*

De acordo com o Ministério da Educação – MEC, a escola deve propiciar meios para conciliar as aulas regulares e as oficinas do Programa Mais Educação, buscando até mesmo espaços diferenciados (ginásio esportivo do município, espaços de outras escolas ou igrejas, etc.). É preciso, entretanto, ressaltar as dificuldades, muitas vezes, em retirar esses alunos de uma unidade escolar para outra, mantendo-se a segurança necessária.

Quanto à assistência da Secretaria de Educação, a coordenação relatou que fica muito a desejar: “É cobrança e mais cobrança”. Entende-se que há necessidade de mais diálogo entre uma instância e outra (Secretaria de Educação e Escola). Por vezes, tais desentendimentos originam-se basicamente da má comunicação.

Em relação ao interesse dos alunos quanto às oficinas foi relatado o seguinte: “Regular, por não ter incentivo. Também há o caso dos alunos da zona rural, cuja participação é muito difícil em razão do transporte. No final o lema é: participa quem quer”. Essa visão da coordenadora corrobora com as respostas apresentadas pelos alunos. É possível que isso denuncie a falta de motivação tanto intrínseca quanto extrínseca. Ambas necessárias no processo ensino-aprendizagem.

## O Programa Mais Educação pela Ótica dos Alunos<sup>2</sup>

No ano de 2015 foram matriculados 134 alunos do Ensino Fundamental (2ª fase) no Programa Mais Educação na escola onde a pesquisa aconteceu. Desses 134 alunos, 45 participaram da pesquisa. A mesma foi realizada através da aplicação de um questionário semiestruturado, composto de 7 perguntas fechadas e 3 abertas.

Os alunos foram indagados, na questão de número 01, se eles puderam participar do processo decisório de escolha das oficinas oferecidas pelo programa Mais Educação, tendo-se obtido os seguintes resultados: 29% disseram que sim; 56% disseram que não e 15% disseram que não estavam lembrados. A falta de participação da escola nas decisões do MEC, como ressaltado pela coordenação do Programa na Escola, também é repetida no relacionamento escola/aluno. O diálogo necessita ser melhorado nas diversas instâncias.

Quando interrogados (questão 02) se conheciam todas as disciplinas ofertadas pelo Programa Mais Educação na escola, 63% afirmaram ter conhecimento, 20% afirmaram não conhecer todas e 17% disseram que não sabiam responder. Considerando o fato de que apenas 20% afirmaram não conhecer a totalidade de oficinas ofertadas, percebeu-se que a escola se esforça para dar publicidade às suas ações, quando da implementação, embora a questão de número 01 denuncie o fato de haver pouca participação nos processos decisórios.

Segundo Kotler e Fox (1994) “A escola precisa vender sua imagem não apenas para fora, mas também internamente. As escolas que utilizam a ferramenta do marketing educacional passam a perceber considerável melhora de resultados nos processos de recrutamento”.

A questão número 03 abordou a confiança de que as oficinas do Programa Mais Educação realmente ajudavam na qualidade da aprendizagem das disciplinas regulares oferecidas pela escola: 87% disseram que sim; 4% disseram que não; 9% disseram que não sabiam responder.

Por outro lado, a questão de número 4 denuncia a falta de assiduidade dos alunos nas oficinas: 40% afirmaram ser assíduos; 11% afirmaram não serem assíduos e 49% responderam “mais ou menos”, quanto ao fator assiduidade.

Se tomadas em conjunto as respostas dadas às questões 03 e 04 aparentam uma certa contradição: por um lado os alunos confiam na qualidade das oficinas, mas por outro lado, apenas 40% desses alunos se julgam assíduos nas aulas. Nesse ponto, parece haver um certo sentido na fala da coordenadora do programa na escola quando colocou que “*Há falta de obrigatoriedade dos alunos em participar das oficinas.*”, diferente das disciplinas regulares da escola (por lei exigido 75% de frequência). O Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, em seu artigo 129, estabelece a obrigatoriedade dos pais em acompanhar a frequência dos filhos na escola (BRASIL, 1990). Esse mesmo cuidado deveria alcançar as oficinas do Programa Mais Educação.

A questão de número 05 abordava os problemas que dificultavam o sucesso do programa na escola: 22% disseram que era a falta de espaço físico para se realizar as atividades; 24% disseram que falta diálogo entre o monitor das oficinas e o professor das disciplinas regulares; 36% afirmaram que há muito desinteresse por parte dos alunos; 11% disseram não perceber nenhum problema; 7% apontaram para outros problemas (não listados no questionário).

Outra vez aparece o problema do espaço físico, também relatado pela coordenação. A escola não pode viver de improvisos. O aluno precisa chegar à escola sabendo quando e onde realizar as atividades escolares. Nas observações não participante também foi notado esse problema: Aulas nos corredores, na biblioteca (com um entra e sai de outros alunos), no laboratório de informática em cadeiras sem o apoio necessário, etc.

Também foi questionado aos alunos sobre o que acontece quando o monitor falta na ministração de alguma aula da oficina (questão 06): 11% afirmaram que é feita a reposição posteriormente; 47% disseram que não se faz reposição; 27% disseram que somente em algumas vezes acontece a reposição e 15% disseram nunca haver casos de falta do monitor.

De acordo como demonstrado pela pesquisa há um número alto de aulas que não são ministradas no dia e horário definido e também não acontece a reposição. Logo, a falta de assiduidade dos alunos, já comentada, pode estar intrinsecamente ligada à falta de assiduidade dos monitores.

---

<sup>2</sup> Apenas os alunos matriculados no ano de 2015 participaram da pesquisa.

Na questão 07, os alunos foram interrogados sobre a necessidade de substituição das oficinas para outras que tivessem mais afinidade com os conteúdos escolares: 55% acreditam que é necessária a troca das oficinas; 38% acreditam que não e 7% disseram que não sabiam responder. Vê-se que a maioria dos alunos acredita na necessidade de alteração das disciplinas, fato que não pode ser relegado pela escola.

De acordo com Freschi e Freschi (2013, p. 5) “alguns professores precisam aprender a ouvir os alunos e juntos buscarem uma solução para que os problemas que ocorrem quotidianamente sejam resolvidos de forma tranquila”. Outra vez fica registrada a importância da tomada de decisão em coletivo.

Nas três últimas questões (abertas) os alunos puderam manifestar a satisfação com o programa na escola, puderam sugerir alterações ou mesmo tecer elogios. Alguns (não muitos) manifestaram contentamento. Sobre a necessidade de melhorias, um certo aluno escreveu o seguinte: *“Eu não acho necessário, porque a maioria das oficinas ajudaram bastante no nosso desempenho.”*.

Outros perceberam que é preciso algo mais, visando o sucesso do programa na escola: *“Deveria ter mais bolas, mais outros equipamentos para o uso das oficinas.”* *“Necessita de computadores no laboratório que funcionem, de mais alunos para participar, mais espaço e mais professores”*.

As críticas dos alunos, ao menos de longe, parecem denunciar o pouco rigor quanto ao planejamento (desde o nível da sala de aula até o nível nacional). Quando os alunos se queixam da falta de equipamentos para o desenvolvimento das atividades significa que o cuidado quanto aos recursos necessários foi deixado para segundo plano.

As observações, durante a pesquisa também confirmaram a necessidade de os alunos sentarem-se em dupla ou trio para a realização das atividades em um mesmo computador, ora porque não havia máquinas em quantidades suficientes, ora porque não possuíam acesso à internet ou estavam danificadas.

## O Programa Mais Educação pela Ótica dos Professores

De acordo com as diretrizes emanadas pelo Ministério da Educação, as oficinas do Programa Mais Educação são ministradas pelos monitores, que não são os professores das disciplinas regulares da escola.

No entanto, a intenção em trazer a visão dos professores sobre o Programa para esta pesquisa teve como finalidade, principalmente, perceber como acontece a interação professor/programa, tendo em vista que a escola é formada por diversos setores, mas que estão interligados. Além disso, sendo o Programa Mais Educação uma atividade de cunho essencialmente pedagógico, os professores formam um grupo que mais pode contribuir para o sucesso do programa.

A pesquisa mostrou que apenas 20% dos professores afirmam ter um conhecimento “muito bom” sobre o Programa. 80% afirmaram possuir conhecimento insuficiente. Além de ter um baixo nível de conhecimento do Programa, inclusive com relatos de que não houve nenhuma capacitação formal sobre o mesmo para sua implantação na escola, aos professores não foi dada a oportunidade de participar das decisões acerca da adesão ao programa.

Do total de participantes da pesquisa, 40% disseram que não foram convidados a participar do processo decisório antes do programa ser implantado na escola, outros 40% não souberam responder e 20% disseram ter participado desse processo. Esses dados comungam com as informações prestadas pelos alunos e pela coordenação, tanto esta quanto aqueles relataram que a decisão não foi coletiva.

De acordo com Santos, Ferri e Macedo (2012, p. 182) “[...] a organização das ações escolares por meio do planejamento participativo pode se apresentar como antídoto, ao possibilitar a reflexão sobre a realidade e possibilidades de sua transformação pela mediação de cada sujeito que dela faz parte”. Quanto mais sujeitos concordam com a ação, maior o número de sujeitos contribuindo para a execução da mesma.

Do total dos respondentes da pesquisa 60% afirmaram que somente algumas vezes os professores participam na escolha de conteúdos para as oficinas do Programa Mais Educação, 20% disseram que os professores não participam e mais 20% disseram não saber responder ao

questionamento.

Nenhum professor afirmou que há participação frequente por parte dos professores na escolha dos conteúdos do Programa. Também foi solicitado que os professores dessem uma nota (numa escala de 0 a 5) quanto ao impacto positivo do Programa na aprendizagem dos alunos: 60% deram nota abaixo de 3 e os outros 40% deram nota maior que três ou não souberam responder. Essa visão negativa quanto ao programa, por parte dos professores, também é refletida quando foram indagados sobre qual seria a maior vantagem do Programa na escola.

Entre as cinco opções dadas, 80% afirmaram que a maior vantagem é a quantidade de recursos financeiros (custeio) que a escola recebe e apenas 20% disseram que a maior vantagem é contribuição para se elevar o nível de aprendizagem dos alunos. Nesse ponto, a pesquisa aponta para o fato de que o Programa não vem cumprindo com uma de suas finalidades na escola: Elevar o índice de qualidade do ensino.

Entre as maiores dificuldades enfrentadas pelo Programa na escola foi constatado que falta espaço físico (60% dos respondentes marcaram essa opção), outros afirmaram que há muito desinteresse dos alunos (20%) e mais 20% não souberam ou não quiseram responder. As respostas confirmam o que foi relatado pela coordenação e pelos alunos.

## Conclusão

As políticas públicas, no caso brasileiro, têm forte tendência ao modismo, fato que, por si só, não é nem bom nem ruim. Todavia, pode assumir um viés negativo caso não sejam implantadas com base em um planejamento sistematizado. Nesse contexto viu-se, também, a importância de se compreender melhor o processo de implantação do Programa Mais Educação numa escola do município de Nova Rosalândia-TO.

A partir da pesquisa realizada junto à escola supracitada, percebeu-se que, a aceitação do Programa Mais Educação dentro da unidade escolar pode ser considerada razoável, com a observação de que o foco foi a análise prática do programa na escola, e não o seu mérito total.

Quanto à eficácia, o programa ainda padece de avanços bastante significativos. Diversas variáveis pesam no sentido de contribuir com o insucesso do Programa na Escola WS: O planejamento para a implantação do Programa na escola não aconteceu de forma participativa; falta mais diálogo entre monitores das oficinas e os professores das disciplinas regulares; falta espaço físico para realização das oficinas e não há previsão de recursos para construção desses espaços; a frequência dos alunos nas oficinas é prejudicada porque não tem uma cobrança mais rígida de presença.

Cumpra à escola reinventar-se constantemente, principalmente porque a sociedade reinventa-se frequentemente. A pesquisa mostrou que essa é uma necessidade presente na Escola WS, em relação ao Programa. Não foi constatado que os sujeitos da escola desacreditam no Programa, todavia reclamam mudanças em diversos aspectos.

Para estabelecer essa mudança é necessário primeiro mudar a forma de planejamento (que ele seja realmente participativo). Depois elencar as falhas, além das que esse trabalho conseguiu detectar e, posteriormente, apontar os meios para se solucionar os problemas elencados.

Sugere-se que, considerando a falta de amplitude dessa pesquisa, outras sejam realizadas visando o monitoramento acadêmico e profissional do Programa Mais Educação em nível municipal, estadual e federal.

## Referências

BRASIL. **Lei nº 9.394 de 20 de Dezembro de 1996**: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)>. Acesso em: 28 fev. 2016.

BRASIL. **Programa Mais Educação**: Passo a passo. Brasília: Ministério da Educação; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2013. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/passoapasso\\_maiseducacao.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/passoapasso_maiseducacao.pdf)>. Acesso em: 03 mar 2016.

BRASIL. **Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990**: Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8069Compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069Compilado.htm)>. Acesso em 5 mar. 2016.

FERREIRA, C. S.; SANTOS, Everton Neves dos. Políticas públicas educacionais: Apontamento sobre

o direito social da qualidade na educação. **Revista Labor**, v. 1, n. 11, Fortaleza: UFC, 2014, p. 157. Disponível em: <[http://www.revistalabor.ufc.br/Artigo/volume11/9\\_POLITICAS\\_PUBLICAS\\_EDUCACIONAIS.pdf](http://www.revistalabor.ufc.br/Artigo/volume11/9_POLITICAS_PUBLICAS_EDUCACIONAIS.pdf)>. Acesso em: 25 set 2015.

FRESCHI, Elisandra Mottin; FRESCHI, Márcio. **Relações interpessoais: A construção do espaço artesanal no ambiente escolar**. Revista de Educação do IDEAU. Vol. 8 – Nº 18 - Julho - Dezembro 2013. Disponível em: <[http://www.ideau.com.br/getulio/restrito/upload/revistasartigos/20\\_1.pdf](http://www.ideau.com.br/getulio/restrito/upload/revistasartigos/20_1.pdf)>. Acesso em: 10 mar. 2016.

HORA, D. L. da (Org.). **Gestão democrática na escola**. 13. ed. Campinas: Papirus, 1994.

KOTLER, Philip; FOX, Karen F. A. **Marketing Estratégico para Instituições Educacionais**. São Paulo: Atlas, 1994.

MARTINS, Pura Lúcia Oliver. **Didática Teórica, Didática Prática: Para além do confronto**. 7. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002, p. 55.

MODESTO, Mykaela Araújo Ximens; ARANTES, Almir. Impacto do alcance social do Programa Mais Educação: Um estudo das possibilidades educacionais de Sinop-MT. **Revista Eventos Pedagógicos**, v.5, n.2 (11. ed.), número regular, p. 271 - 280, jun./jul. 2014. Disponível: <<http://sinop.unemat.br/projetos/revista/index.php/eventos/article/viewFile/1507/1115>>. Acesso em: 03 mar. 2016.

SOARES. Tufi Machado et al. Escola de Tempo Integral: resultados do projeto na proficiência dos alunos do Ensino Fundamental das escolas públicas da rede estadual de Minas Gerais. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.22, n. 82, p. 111-130, jan./mar. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v22n82/a06v22n82.pdf>>. Acesso em: 03 mar 2016.

SANTOS, Claudinete Maria dos; FERRI, Lúcia Maria Correa Gomes; MACEDO, Mara Elisa Capovilla Martins de. O planejamento participativo da escola como prática inovadora. **Cadernos de Educação** | FaE/PPGE/UFPEL. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/caduc/article/download/2098/1936>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

TEDESCO, Juan Carlos. **Qualidade da educação e Políticas Educacionais**. Brasília: Liber Livro, 2012, p. 68.

Recebido em 6 de outubro de 2016.  
Aprovado em 9 de novembro de 2016.